

## **Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**

### **Departamento de Direito Processual**

#### **DPC 430 – Recursos – Professor Ricardo de Barros Leonel**

#### **1º SEMINÁRIO**

##### Questões.

1) Em fase de cumprimento de sentença, o réu apresenta impugnação alegando a ocorrência da prescrição superveniente quanto a uma das obrigações impostas na sentença. O juiz acolhe essa alegação e declara a prescrição quanto àquela obrigação, determinando o prosseguimento da execução quanto à outra parcela em execução. Qual o recurso cabível contra tal decisão? Justifique.

2) Na audiência de instrução o juiz indefere perguntas formuladas pelo advogado do autor, que pede a consignação no termo de audiência, entendendo ter havido nulidade por cerceamento do contraditório. O magistrado também rejeitou a contradita em relação a uma das testemunhas. Ao final da audiência, o autor pretende impugnar as decisões do juiz. A ação é julgada improcedente. O autor apela pugnando pela reforma da sentença e procedência da ação. Como fica a questão do indeferimento de perguntas em audiência de instrução? Justifique.

3) Foi proferida decisão de saneamento, deixando o juiz de apreciar requerimento de produção de prova apresentado pelo réu. Além disso, a decisão não esclarece quais são todas as questões de fato controvertidas que deverão ser objeto de instrução probatória. Qual o recurso cabível em tal situação?

4) "A" ajuizou ação indenizatória pleiteando danos materiais e morais em face de Shopping Center "X" em razão de um escorregão que sofreu dentro do estabelecimento fraturando o braço. Foi concedida a tutela provisória (tutela de urgência de natureza antecipada) à autora para que o Shopping arcasse com as despesas hospitalares. Julgada procedente a ação foi confirmada a antecipação da tutela, para condenar o Shopping a ressarcir os danos materiais e condená-lo ao pagamento de danos morais, contudo o valor fixado pelo MM. Juízo foi aquém do inicialmente pleiteado pela autora. Satisfeita com a r. sentença, a autora optou por não recorrer. Por outro lado, o Shopping Center interpôs recurso de apelação, alegando, entre outras questões, que a prova pericial não fora bem produzida e por isso haveria cerceamento de defesa. Houve requerimento ao tribunal, que concedeu efeito suspensivo à apelação. Como deverá a parte apelada proceder para buscar a ampliação da condenação, bem como para obter o afastamento do efeito suspensivo concedido ao recurso de apelação?

5) O acórdão do tribunal local contém fundamentos constitucionais e infraconstitucionais, contidos em lei federal. Na verdade, foi mantida sentença que julgou improcedente ação movida contra empresa de planos de saúde, na qual se alegava necessidade de cobertura de determinado tratamento, com fundamento no

direito à saúde (assentado constitucionalmente), bem como na lei federal que regulamenta planos e seguros de saúde. Como deverá o sucumbente proceder?

6)“A”, servidor público estadual, ajuizou ação ordinária pleiteando a anulação da aplicação de sanção administrativo-disciplinar, alegando, em síntese, violação ao contraditório e à ampla defesa, direitos assegurados não só na lei estadual que disciplina o respectivo processo administrativo, como também na legislação processual civil e penal (aplicáveis subsidiariamente) e na própria Constituição Federal. A ação foi julgada improcedente, razão pela qual, inconformado, “A” apelou ao tribunal local. A câmara, à unanimidade, negou provimento ao apelo. A partir deste acórdão, a combativa defesa opôs embargos de declaração, os quais, todavia, não foram conhecidos. Pleiteando, em suma, uma “requalificação das provas”, “A” interpôs, então, recurso extraordinário e recurso especial, aos quais foi negado seguimento pelo presidente do tribunal local. Os agravos contra tais decisões também não foram conhecidos pelos ministros relatores, tanto no Superior Tribunal de Justiça como no Supremo Tribunal Federal. Indaga-se:

- a) As decisões do STJ e do STF por meio das quais o agravo em recurso especial e o agravo em recurso extraordinário não foram conhecidos estão corretas? Justifique.
- b) Cabe recurso contra tais decisões? E se já tiver sobrevindo o trânsito em julgado?